

Imagens e representações da ditadura portuguesa na televisão (1957-1974)

Images and representations of the Portuguese dictatorship in television (1957-1974)

Francisco Rui Cádima | frcadima@gmail.com

Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências da Comunicação (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa). Coordenador da Licenciatura e Membro da Comissão Executiva do DCC-FCSH-UNL. Coordenador do Mestrado de Novos Media e Práticas Web, também no DCC-FCSH.

Resumo

Esta reflexão pretende pensar e dar a ver o sistema de dominação simbólico exercido pela ditadura de Salazar e Caetano através da televisão, desde o começo da televisão em Portugal até ao 25 de Abril de 1974, aquando da queda do regime. Trata-se, num primeiro momento, de observar as grandes diferenças entre os dois ditadores na utilização e instrumentalização da televisão e, de seguida, de explicitar as práticas profissionais e os principais traços históricos e políticos mais utilizados pelo sistema de governo na ditadura, na sua relação com a televisão.

Palavras-Chave: Ditadura, Media, Representações, Sistema político, Televisão.

Abstract

This reflection wants to think and to show the symbolic system of domination practiced by the dictatorship of Salazar and Caetano on television since the beginning until April 25, 1974, when the regime fell. At first, we want to observe the main differences between the two dictators in the use and manipulation of Portuguese television, then, to explicit professional practices and the main historical and political marks used by the system of government, under the dictatorship, in their relationship with television.

Keywords: Dictatorship, Media, Representations, Political System, Television.

Na actual evolução dos sistemas de *media* clássicos para redes e sistemas “web” e interactivos, movimento que muitos associam já à própria crise da democracia representativa, tem-se evidenciado a necessidade do campo político recorrer à notoriedade mediática como forma de, digamos assim, salvar o ser pela aparência. Alain Touraine¹ dizia-o claramente, ainda em contexto analógico: de facto, existe como que uma inaptidão essencial dos actores políticos para se distanciarem deste campo de representação – sinal evidente de que, afinal, a inflação da comunicação política no campo dos *media* é sobretudo sintoma de uma crise de perda de representatividade desses mesmos actores políticos, crise, enfim, da política como representação: “*Se a comunicação política adquire uma importância crescente, é porque a política não impõe mais nenhum princípio de integração, de unificação, ao conjunto das experiências sociais e que a vida pública extravasa por todos os lados a acção política.*”

Como referia no meu livro *O Fenómeno Televisivo*, é a *mise en scène* da representação política, os seus rituais simbólicos, que se consagram em espectáculo televisivo, sobretudo nas dramaturgias banalizadas e institucionalizadas pelos telejornais. Trata-se, no fundo, de uma liturgia simbólica, que se tem vindo a radicar nos sistemas de comunicação televisiva – imagem, de alguma forma, dos ritos de soberania das sociedades tradicionais, que tinham por objectivo final a perpetuação no poder desses mesmos actores.

Verifica-se assim uma espécie de entronização publicitária, ou mesmo propagandística, do corpo político e dos seus protagonistas, sendo o “animal político” reciclado e metamorfoseado em *homo loquens*, em actor comunicante. Este trabalho contém em si também os sinais de um procedimento político de auto-legitimação, procurando deste modo o corpo político fundar nessa *mise en scène* a perpetuação de uma soberania. No fundo, essa presença não existe senão “em acto” de representação, de *publicness*, como se dizia já na Idade Média em relação ao corpo político – e não jurídico – do rei.

Vejamos mais em particular os casos de Salazar e Caetano, no contexto da ditadura portuguesa, sobretudo no período após o aparecimento da televisão em Portugal e até à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

Quando começaram as emissões regulares de televisão (7/3/1957), não propriamente o ditador Salazar, mas antes o seu ministro Marcello Caetano – qual delfim determinado a recuperar o tempo perdido, grande adepto da “personalização do poder”, seguramente já consciente dos efeitos políticos do novo *media*, e sobretudo crente no predomínio dos factores irracionais na formação da opinião pública – achava-a “*fortemente corruptível e presa fácil de aventureiros e charlatães*” (1971:125) –, logo se apresentou a falar ao país, como recordou: “*Fui o primeiro membro do Governo a utilizar a TV para expor ao País, em Junho de 1957, problemas de interesse geral. Não oculto que segui os primeiros passos da Radiotelevisão Portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como Chefe do Governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era o instrumento ideal para um Governo se tornar popular... se o merecesse*” (Caetano, 1977: 472).

O afastamento de Salazar do meio televisivo não se explica só pelas suas múltiplas fobias de tecnologia, inovação, público, publicidade, etc., mas, aparentemente, pelo seu desconhecimento das virtualidades instrumentais do novo media – para além do mais não era propriamente um orador, o que já vinha, aliás, dos tempos da Coimbra. Veja-se, aliás, a resposta de Rolão Preto a João Medina² quando este lhe pergunta “E o Salazar estudante, como era?”:

– “(...) *Tinha fama de monárquico (...) mas depressa passou a ser apenas católico (...) Cunha Leal era um dos grandes inimigos dele; tinha uma enorme facilidade de falar, uma ‘verve’... Coisa que Salazar não tinha — e isto foi uma coisa que talvez prejudicasse Salazar no seu destino: é que ele não era orador. De modo que não podia fazer um Parlamento em que tivesse que intervir pessoalmente. A primeira coisa que fez, unia vez chefe indiscutível, foi um Parlamento perante o qual os ministros não são responsáveis. Lia os discursos dele, discursos escritos... E nisso era completo: não faltava uma vírgula*”.

Também um dos biógrafos oficiais de Salazar, Luís Teixeira, no seu “Perfil de Salazar” disse do ditador: “(...) cresceu na sombra e estudou no isolamento”. O próprio António Ferro, no início dos anos 30, aquando da realização das entrevistas publicadas no Diário de Notícias, e antes de entrar para o automóvel oficial de Salazar (o seu “gabinete ambulante”), quando Salazar estava ainda no Ministério da Finanças, perguntava-se: “Como irá receber-me, no seu estranho gabinete ambulante, esse homem que não recebe ninguém, que foge ao contacto dos outros homens, que parece medir todas as suas palavras, gestos e atitudes, que vejo debruçado constantemente, sobre a carta de Portugal, sobre a planta da Pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso?” (Ferro, 1978:73). Jornais estrangeiros descobriram-lhe também facetas desconhecidas, como o New Daily, de Londres, citado pelo Telejornal da RTP de 29/4/1960: “O homem que nunca consentiu que fosse emitido um selo com a sua efígie”, dizia, elogiando-o, a propósito da passagem de mais um seu aniversário.

Repare-se que no ano de 1958, já com emissões regulares em Portugal, em entrevista ao Figaro (de 2 e 3 de Setembro de 58), Salazar, numa visão pasadista, repetindo definições que remontavam aos anos 30, às primeiras circulares da Direcção dos Serviços de Censura³, privilegia, ainda no final dos anos 50, a imprensa face aos outros media “(...) *a imprensa, principal meio, a rádio e a televisão, de formação da opinião pública (...)*”. Ou ainda: “(...) *a imprensa, com as suas irmãs mais novas – a rádio e a televisão (...)*”.⁴ É, aliás, opinião frequente não ter tido a própria imprensa um papel determinante na política oficial salazarista⁵. Ao contrário de Marcello, Salazar não parecia dar grande importância aos *media* como instrumento para a boa consecução de uma política.

O seu modo de governar no retiro de S. Bento, algo misantropo, ascético mesmo, era sem dúvida refractário ao desempenho mediático. O próprio Marcello Caetano, seu “delfim”, o reconhecia: “(...) naquele homem a Política tinha-se constituído em missão. Entrara na política como podia ter ingressado numa Ordem Religiosa austera’ (1974: 580). Quase o mesmo havia dito, afinal, ainda nos anos 30, António Ferro (1978: 65), na introdução ao seu livro sobre Salazar: “Os que não se resignam aos pensamentos claros e desinteressados em

vão procuravam na vida resumida e restrita do Dr. Salazar as razões ocultas e subterrâneas das suas medidas, dos seus possíveis favoritismos. Mas nada, absolutamente nada. Difícil conceber maior isolamento, maior indiferença pelas coisas terrenas, pelos prazeres do inundo. O Dr. Oliveira Salazar era um exemplo de um ascetismo raro, talvez único, na clareira dos homens públicos da nossa época e da nossa terra”.

Daí, de facto, não ter havido um aproveitamento de carácter declaradamente propagandístico, de urna ideologia – do regime e do seu ditador –, através do culto da imagem ou, num âmbito mais geral, mesmo do culto da personalidade, por exemplo, como aconteceu noutros regimes totalitários europeus. Ou apenas e tão só de uma presença assídua, pré-determinada, nos meios de comunicação, e, nomeada mente, claro, na televisão. Ele próprio – Salazar – inclusive, deixava-o antever já em 1933 aquando da inauguração do Secretariado da Propaganda Nacional: “*O Secretariado não é um instrumento do Governo, mas um instrumento de governo no mais alto significado que a expressão pode ter. Não se vai certamente evitar, com tal entendido pudor, toda a referência pessoal elogiosa, toda a homenagem prestada aos que se afirmam pelo trabalho, pela dedicação, pelo desinteresse com que servem a causa pública. Mas não é esse o objectivo que prossegue o Secretariado da Propaganda Nacional. A que se destina então? Vamos abstrair de serviços idênticos noutros países, dos exaltados nacionalismos que os dominam, dos teatrais efeitos a tirar no tablado internacional. Tratemos do nosso caso mezinho(...)*”. E em 1939 voltaria a dizer, significativamente: “*(...) Uma publicidade desafortada, estúpida umas vezes, outras inteligentíssima e internacional, esquadrinha as atitudes, dá sentido às coisas indiferentes, perverte as intenções mais puras, desvirtua o pensamento mais lúcido, açula paixões, espalha o ódio, lança o terror, suscita problemas e lança soluções que são outros tantos problemas*”.⁶

Teria sido em vão, portanto, a tentativa de Marcello alertar Salazar aquando da assinatura do Tratado de Roma, em 1957: “*Sr. Professor – vem aí a sociedade de consumo...*”, ter-lhe-ia dito⁷, ao que Salazar não teria ligado grande importância... Era sem dúvida, como disse Mário Soares (1990:11), “*um político representativo do país rural, imóvel, atrasado, provinciano que Portugal foi em grande parte durante o seu consulado e devido à sua acção*”. Mesmo os profissionais da RTP que privaram com Salazar, aquando da realização de gravações para a RTP, confirmam que o ditador confessava a sua franca ignorância sobre aquelas máquinas de “tirar o retrato”... Daí, também, o lançamento da “operação TV” ter assumido “*foros de acto conspirativo*”⁸.

Mas a tranquilidade não deixaria de reinar no país. O “exílio universitário” de Caetano, que no período de 1955-58 era tido nos meios oficiais por “liberal”, senão mesmo como “homem de esquerda” (...), tal como ele próprio o disse (1974:522) – “*Em 1957 eu era porém, para as classes possidentes e para a direita monárquica, pura e simplesmente o chefe da esquerda do regime, acusando-se o Presidente Craveiro Lopes de comungar nas mesmas ideias e de cobrir a minha acção*” – teria sossegado os ultras do regime. Marcello era tido no país, segundo alguns, “*como o único representante da modernidade no regime*” (Valente,

1990:163). Nos dez anos que se seguiriam “*o regime apodreceu lentamente e o país entrou em crise larvar que explodiria sob Marcelo*” (Valente, 1990: 164).

Não seria pois de estranhar o “enamoramento” de Marcello Caetano pela televisão. Não esqueçamos que ele tinha efectivamente teorizado sobre a opinião pública no Estado moderno. Para Caetano (1971: 119), os governantes não poderiam jamais deixar de dar contas do que “pensam, projectam ou fazem”: “*A cena parlamentar, inventada no tempo em que o convívio social decorria em conversas de salão, foi suplantada nesta época de eliminação das distâncias e de facilidade de comunicações*”... Marcello Caetano explicitava assim, claramente, ou mesmo visionariamente, para o sistema político português, a sua concepção utilitarista da televisão.

Mal a televisão começa, já Marcello Caetano estava nos ecrãs, concretamente a 5 de Junho de 1957, não tinham ainda passados dois meses após a primeira das emissões regulares.⁹ O tema que levou Marcello a falar pela primeira vez, expressamente, ao país, através da Rádio e da Televisão, era, sem dúvida, um tema lateral aos desígnios do regime. Tratava-se do 10º aniversário do auxílio americano à Europa – concretamente, do Plano Marshall, “*um dos acontecimentos marcantes da era contemporânea*”, segundo o próprio Marcello Caetano. O ministro da Presidência aproveitaria então a situação para apresentar o país, com toda a naturalidade, aliás, perfeitamente integrado no contexto do mundo ocidental, e com uma situação de tal modo favorável, que nem sequer tinha necessitado de especial auxílio norte-americano:

“Em Portugal, subtraídos como estivemos aos efeitos directos do cataclismo, mal nos apercebemos da grandeza do desastre. Mesmo assim muitas pessoas haverá que recordam as circunstâncias difíceis desse começo de ano de 1947 em que foi necessário recorrer à importação de géneros alimentícios para suprimir as faltas resultantes do péssimo ano agrícola. Mas em Portugal havia reservas de ouro com que pagar essas compras ao estrangeiro. No resto da Europa, não.”

Dir-se-ia, pois, que nesta primeira fase das emissões regulares — que correspondiam de facto à permanência de Caetano no governo de Salazar, era sobretudo o Ministro da Presidência quem representava o regime no ecrã televisivo. O que não quer dizer que a refacção ao desempenho mediático de uma figura política, como, por exemplo, Salazar o demonstrou em relação à TV — ou que a ausência de um dos protagonistas do campo de dominação —, seja sinónimo de uma ausência dos dispositivos políticos e das suas estratégias de instrumentalização do sistema de comunicação pública dominante.

Neste processo ritualista, a exclusão do indivíduo é sobretudo devida ao controlo total do universo da informação televisiva pelos actores políticos e pelo âmbito institucional — o indivíduo, na sua singularidade, o “privado”, o “particular”, não criam notícia, não *são* notícia. Ao nível dos actores, homens de Estado e protagonistas políticos, há como que uma personalização das hierarquias e não uma expressão da singularidade, da multiplicidade — é a estrutura e o escalonamento hierárquico e institucional que em regra se manifesta.

Esta prática, perfeitamente instituída desde os princípios da

televisão, designadamente nos monopólios de Estado (que nunca chegou a ser completamente erradicada em plena democracia) veio sublinhar a tendência, expressa nos próprios alinhamentos, para um progressivo afastamento do sistema político da respectiva sociedade civil e das suas figuras de alteridade, o que, em última instância, manifesta não só a incapacidade do sistema político-televisivo para interpretar o conjunto da experiência social, como ainda, e em consequência, a recusa, ou a inabilidade do Estado em se identificar com o conjunto dos cidadãos e dos seus direitos, liberdades e garantias. O seu contrato de visibilidade/credibilidade é seu modelo de representação. E hoje, ainda é, em grande parte, assim. Doravante, como aliás defende Touraine, o Estado-Nação gere interesses que não se identificam em definitivo com os da comunidade em geral, representando uma democracia mais aclamativa do que participativa, afastando-se por isso radicalmente dos desígnios emancipadores que haviam contribuído para a sua emergência. Sendo o ecrã televisivo, designadamente na sua fase monopolista, a interface deste modelo, ele é também a concretização dessa abstracção dominante.

Sob o ponto de vista da performance dos diferentes actores políticos é óbvio que as figuras públicas se definem hoje mais pelo seu desempenho mediático, na gestão dos conflitos menores, do que por uma ordem de exigência face à experiência da cidadania. Uma tal gestão assenta por isso num princípio de selecção do acontecimento político, estereotipado e modulado quer pela selecção político-televisiva, neutralizante da actualidade, quer pelo efeito-série do pseudo-acontecimento (as presenças diárias, a agenda protocolar das figuras mais representativas dos governos e do Estado), determinando por sua vez um efeito censurante que interpreta o poder dominante de forma algo institucional e a sociedade civil de forma algo hostil, fundamentalmente por omissão.

Uma primeira aproximação aos dois grandes períodos da história da ditadura portuguesa – salazarismo e caetanismo – e às suas relações com o principal meio de comunicação de massa então existente como monopólio de Estado – a televisão – permite-nos concluir, após a concretização da investigação empírica em que se procedeu à análise descritiva dos telejornais da RTP, que o modo de dar a ver, através da máquina televisiva, a realidade portuguesa nos anos 1957-1974, foi mais marcadamente instrumentalizado (e objecto de propaganda do regime) ao tempo de Marcello Caetano do que com Salazar. Isto, muito embora todo o período imediatamente posterior ao início da guerra colonial, fosse substancialmente mais radical e mesmo mais marcadamente doutrinário e militante nos seus alinhamentos, comentários e editoriais que os primeiros anos de informação televisiva, período em que o texto de opinião tem de facto uma expressão reduzida.

Embora tratando-se de dois períodos ao longo dos quais o controle político da informação televisiva – e designadamente da edição principal do telejornal – foi circunscrito de modo idêntico às grandes estratégias censurantes e persecutórias do regime e ao seu desígnio político global, a verdade é que ao tempo de Marcello Caetano a RTP é explícita e assumidamente um

“instrumento” de uma acção política propagandística no domínio de informação televisiva, a qual, de facto, sobretudo a partir de meados dos anos 60, tem já um impacto significativo no campo dos media no plano nacional, quer pela cobertura da RTP, quer pela audiência atingida¹⁰.

Ao invés, o salazarismo coloca-se inicialmente numa posição defensiva e expectante face ao desenvolvimento de um novo e poderoso meio de comunicação como a televisão, provavelmente temendo uma mais ampla publicidade às coisas da vida e do mundo — para depois, na sua fase terminal, após o início da guerra colonial, portanto, ter uma estratégia mais agressiva e instrumentalizadora no domínio da informação televisiva.

De uma forma geral, o instrumento estratégico que acabou por acompanhar todo o consulado salazarista no âmbito da comunicação social, e que de certa forma estabeleceu os limites de actuação no campo dos media — com óbvias extensões também à televisão — foi o imobilismo informativo do modelo oficioso, onde predominam sobretudo algumas séries discursivas e “não-ditos” como a agenda e protocolo do Estado e do ditador, a ausência da ideia de Império e das colónias, a censura da candidatura de Humberto Delgado às presidenciais de 1958, e no resto, o estigma da censura através de uma informação provinciana e instrumental. Nos anos 60, com o início da Guerra Colonial, algo muda. Os editoriais de Manuel Maria Múrias, são, por excelência, textos assumidamente polemistas, escritos na primeira pessoa, onde o culto da personalidade de Salazar é, de certa maneira, uma obsessão. Mas anunciava-se a saída de cena de Salazar sem que o líder alguma vez tivesse usado a televisão para se promover através de estratégias de comunicação assertivas, ou sequer promover o regime.

Com Marcello Caetano assiste-se desde logo a uma inversão de fundo na estratégia da RTP. Os editoriais passam a ser redigidos com o enfoque na terceira pessoa, nas suas actividades e na sua agenda política, no seu pensamento, nas entrevistas que dá, nos livros que publica, nos factos políticos que cria, ou até na recorrência à própria RTP para melhor chegar aos portugueses, cumprindo assim, aliás, o desiderato que havia imputado ao meio, essa espécie de prótese instrumental do novo poder. É claro que, neste particular, as “Conversas em Família” (1969-1974) seriam decisivas para a reformulação da estratégia de instrumentalização da televisão. Repare-se ainda que até os editoriais a propósito das datas do regime, só raramente excluem as declarações políticas de Marcello Caetano, registadas a propósito desses mesmos pseudo-acontecimentos.

Excepcionalmente, quando o dispositivo da informação diária (os três blocos diários) se mostrava insuficiente, do ponto de vista propagandístico, para divulgar e promover as viagens do líder, ou os seus discursos, as reuniões da União Nacional, etc., a informação optava ou pelas “edições especiais” ou pelas repetições na totalidade ou re-editadas parcialmente. No caso das reportagens da visita de Marcello Caetano a África, esse efeito repetidor adquiria a dimensão e o registo claro do espectáculo propagandístico. Marcello tem o estatuto de dirigente inquestionável e de personalidade “acima do acontecimento”. O tratamento televisivo da sua acção política, constantemente presente nos

Telejornais, requeria assim total submissão a uma lógica hierarquizada, em que o panegírico do líder carismático representava, de forma assumida, uma nova modalidade de subserviência à vontade do Príncipe.

A televisão, designadamente a informação televisiva, foi explicitamente para Marcello Caetano o que o Secretariado da Propaganda Nacional, mais do que a própria televisão, havia sido em tempos para Salazar – um instrumento. A subserviência à estratégia de Marcello Caetano, de instrumentalização da televisão, era, aliás, claramente justificada pelo presidente da RTP (Ramiro Valadão): É evidente que a RTP não será veículo, de nenhuma maneira, dum programa que seja contrário aos princípios fundamentais que regem a Nação portuguesa. Isto é, está aberta a tudo o que está dentro da Constituição, mas não colabora na existência de qualquer fenómeno revolucionário ou pré-revolucionário. Isto é, evidentemente, uma certeza absoluta que as pessoas devem ter no seu espírito. Nós não queremos destruir estruturas, mas contribuir para a sua renovação de acordo com a linha de acção indicada claramente pelo Presidente Marcello Caetano”.¹¹

Ao tempo de Ramiro Valadão são de facto diversos os documentos que nos permitem uma melhor compreensão da forma como todo este sistema instrumental e propagandístico, criador do consenso, havia sido gerado. Veja-se o caso do Conselho de Programas da RTP, que a certa altura se debruça, exactamente, em exclusivo, sobre o Telejornal. Na sua 45ª reunião, de 7 de Janeiro de 1971, da ordem do dia constava, de facto, apenas a apreciação do TJ. O então presidente do Conselho de Programas, Pedro Geraldês Cardoso, procedia nessa mesma reunião à leitura de um relatório sobre o serviço noticioso da RTP. Ramiro Valadão, comentando as suas observações, enquadrava a questão, do ponto de vista político, do seguinte modo: “(...) *Entende-se superiormente que o Telejornal pode contribuir, dada a sua excepcional difusão, para que sejam atingidos os objectivos do Governo da Nação*”. Mais à frente, revelando, sobre um caso concreto, todo um programa propagandístico, referiria: “(...) *A RTP está a adoptar o sistema de, para poder informar o público por forma susceptível de lhe despertar mais interesse, apresentar documentários filmados das grandes obras que se inauguram em momento diferido e anterior ao das transmissões das reportagens das respectivas sessões inaugurais durante as quais nem sempre existe a possibilidade de documentar os espectadores com os pormenores de ordem técnica ou estética que estes, muito naturalmente, mais apreciam*”.¹² Valadão, aliás, não esconde a imodéstia, e prefere mesmo evitar a desconfiança alheia de qualquer incoerência da sua prática. Na análise que posteriormente fez desses anos em que reinou como quis na RTP, entre 1969 e 1974, dizia: “*Eu tinha poderes absolutos na RTP e posso mesmo dizer que nunca nenhum presidente mandou tanto como eu. O próprio Prof. Marcello Caetano evitava interferir no meu trabalho*”.¹³ O mesmo é dizer... interferia.

Marcello Caetano, aliás, não perdia as “boas” ocasiões para intervir... Um tanto descomplexadamente, evidenciava nas mensagens por si enviadas ao presidente do Conselho de Administração da RTP, de certa forma, uma despuddorada intenção de controlo deste meio por parte do Governo a que presidia. Em carta datada de 28/12/1970 não podia ser mais claro:

*“Conto com o apoio, fiel, dedicado e inteligente dos amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições-chave, como sucede consigo. A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda. Sei que está atento, mas nos tempos que correm toda a vigilância é pouca, toda a inteligência e argúcia na acção são insuficientes: há que pôr em jogo todas as nossas dificuldades de combate”.*¹⁴

Numa outra situação, a 3 de Abril de 1972, dirigindo-se mais uma vez a Valadão, Marcello insistia: *“nos tempos que vão correndo o controlo efectivo da TV é essencial para o Governo”*.¹⁵ Ainda que através de correspondência privada, neste caso é notório que o regime, certamente por estar defendido pela complexa máquina da censura, não tinha qualquer receio de explicitar os seus desígnios e o seu pensamento relativamente à comunicação social, e em particular em relação à televisão.

A lógica consensual e dissuasora que marcou toda a história da informação televisiva em Portugal ao longo de 17 anos de Salazar a Caetano – ancorou concretamente na natureza técnica, instrumental e performativa do dispositivo televisivo específico desse período. Tal dispositivo consagra não só uma ordem do mundo baseada na gestão burocrática e política do pseudo-acontecimento e dos meta-acontecimentos, como no princípio dissuasor. Produz também os seus mega-efeitos de real, fragmentando e recompondo a imagem social, remi-tificando a “prosa do mundo” através de um modelo submisso ao regime de auto-celebração do sistema e da ditadura.

Na leitura do “seu” mundo, o dispositivo tecno-discursivo perseguiu sempre uma lógica performativa indutora de um horizonte de acontecimento assente no protocolo e na agenda de Estado e no desempenho político-medi-ático de acordo com as especificidades dos actores políticos. Tratar-se-ia, no fundo, não de um registo, ou de uma dimensão espectacular, alimentada por uma cena dialogal, conflitual, mas, antes, insuflada pelo princípio da drama-turgia monológica, no sentido da palavra exclusiva e inquestionável.

Todo este trabalho das estruturas propagandísticas, policiais e censórias do regime, era no entanto dado com algum sofisma através de um pretense saber didáctico, pedagógico – o consulado salazarista era visto pelos responsáveis pela informação como o “mestrado de Salazar”, e quanto a Caetano chegava-se ao limite de alcandorar a “venerando” figura ao estatuto de “supremo inspi-rador” da RTP... Mais não pretendia este discurso moralista senão legitimar através do pretense didactismo a figura paternal do “pedagogo”, mimando a competência, procurando criar a simulação do consenso que em última ins-tância permitiria *“a atribuição de um poder ao enunciador e a imposição de um dever ao enunciatário”*¹⁶. Esse era sem dúvida o discurso instrumental do campo autocrático, da “autoridade”, um lugar de provocação e de simulação que marcava a dissuasão, o consenso, enfim, o silêncio. Repare-se que no plano interaccional (Nel, 1990:154) a argumentação é uma pressão exercida sobre o destinatário para o convencer (fazer crer) e o levar a agir (fazer fazer).

Através de um reduzido sistema de séries e formações discursivas

homogéneas, ancoradas fundamentalmente na problemática ultramarina, nos inimigos da pátria e no monopartidarismo, era definida uma lógica criadora de consensos e de homogeneização das condutas. No todo, a redução da diversidade à unidade, a lógica consensual, uma ordem – e uma visão do mundo – sobretudo fundada sobre o esquecimento, visão da história colonizada pela estratégia discursiva de legitimação da razão de Estado e do protagonismo político. Aliás, a incapacidade de dar a ver a experiência social radica efectivamente na crise do político. O contrato de visibilidade que deriva da instrumentalização do dispositivo televisivo pela ordem política impõe assim as opacidades e o segredo do social e do acontecimento-problema para deixar emergir a performance do político. No caso, mais do que numa governamentalização, a ‘lei’ deste sistema configurou-se no protagonismo das hierarquias e das suas discursividades, enquanto estratégia de propaganda.

Sem dúvida, pois, que a TV foi (é) um dos dispositivos fundadores da ordem securizante do Estado-providência e da perpetuação da sua classe política em crise de representatividade. A predominância e a inflação do sistema político no conjunto das práticas, discursos – e categorias – na informação televisiva é de facto sobretudo um sintoma do défice de legitimação do sistema político quer pela sua macrocefalia, e inevitável alheamento do “mundo da vida”, quer pela sua pouca sensibilidade, ou mesmo pela incapacidade mais genérica de integrar a experiência social. O que é dado a ver no dispositivo inscreve-se na ordem do discurso protocolar, *fait-divers* e do meta-acontecimento. De forma recorrente, repetida, através também de um efeito-série que actua como factor de naturalização, como ilusão naturalista, como séries de actualidade-sintoma onde o acontecimento-problema ou o jornalismo investigativo são em regra métodos e práticas não reconhecidas, ainda hoje na TV pública portuguesa.

Instrumento, portanto, de comunicação. A TV cumpre, de algum modo, mercê do seu dispositivo de visibilidade específico, uma função precisa – fática, identitária, vinculante. Fragmenta e recompõe o plano do real num novo universo simbólico. Assim, no plano signifiante do sistema de comunicação, ilude a irrupção da espontaneidade do real através de um olhar pretensamente transparente – quando não protocolar sobre o acontecimento. Trata-se, finalmente, de um “verismo” das aparências e da representação – histórica e política – como identificação “institucional” e não como questionamento.

É finalmente claro que a dimensão tecnodiscursiva da máquina de organização protocolar e propagandística televisiva ao tempo de Salazar e Caetano foi estruturada e orientada segundo um modelo que tinha como estratégia fundamental a subordinação da virtude civil aos imperativos do sistema político monopartidário, como meio para a sua perpetuação enquanto regime e para a sua auto-celebração. Desse ponto de vista, a RTP foi, assim, ao longo desses dezassete anos de informação televisiva, um aparelho — técnico e discursivo — e um instrumento, determinante para a legitimação e a longevidade da ditadura salazarista e caetanista.

Notas

¹ Alain Touraine, «Communication politique et crise de représentativité», *Hermès*, n° 4-. Le nouvel espace public, Paris, 1989, pp. 43-51.

² João Medina, *Salazar e os Fascistas*, Bertrand, 1978, p. 160.

³ Ver nomeadamente a circular à imprensa da Direcção dos Serviços de Censura, de 28/8/1931, citada por F.P. Balsemão (1971:81-184).

⁴ Cf. discurso pronunciado na sede da União Nacional em 1 de Julho de 1958. *Discursos e Notas Políticas*, Vol. V, pp. 485 e segs. Neste mesmo discurso Salazar ironiza coro ‘o valor informativo da imprensa’ contando urna história sobre urna notícia que o tinha dado como ausente de Coimbra, não tendo ele saído da cidade...

⁵ Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, p. 103. Arons de Carvalho cita Alfredo Barroso, que no República de 7 de Fevereiro de 1972, escrevia: “Salazar não considerava a Imprensa um instrumento essencial, nem mesmo importante de execução da sua política”.

⁶ Discurso na Assembleia Nacional em 22/5/39, *Discurso e Notas Políticas*, Vol. III, pp. 140-141.

⁷ Ver designadamente Vicente Jorge Silva, “24 anos de RTP: a história dc uma servidão”, *Expresso*, 7 de Março de 1981.

⁸ Vicente Jorge Silva, *idem*.

⁹ A revista *Rádio & Televisão*, de 8 de Junho de 1956, chegava mesmo a teorizar em torno da performance do ministro da Presidência, expondo todo um receituário de representação: “Na televisão como na rádio não deve ter-se a preocupação que se está a falar solenemente ao mundo inteiro, deve ter-se em vista que se está a conversar com cinco pessoas reunidas numa sala, em ambiente de família. Donde o despropósito do tom solene, da voz enfática, da pronúncia pretensiosa e do ar doutoral. Donde, a necessidade de uma grande dose de simplicidade, que mantenha o orador e ouvintes ligados por um fluido de simpatia e de familiaridade gerador de um clima de receptividade psicológica do auditório. Por exemplo: como o fez o Professor Doutor Marcelo Caetano. “Quando rua locutor de televisão quiser saber de que maneira há-de desempenhar-se modelarmente da sua função (...). Quando um entrevistador de televisão tiver dúvidas acerca do modo como ser vivo sem deixar de ser equilibrado e discreto (...). Quando um comentador de assuntos culturais ou desportivos sentir os modos e a voz impregnadas de um tom doutoral, mais próprio para definir dogmas do que para enunciar futilidades comezinhas, fará bem em se lembrar do modo como se comportam perante o microfone e as câmaras, homens, aliás profundamente doutorais, corno por exemplo o Professor Doutor Marcelo Caetano”.

¹⁰ Por exemplo, em 1968 — ano-charneira entre salazarismo e marcelismo — o número de aparelhos de televisão registados oficialmente em Portugal era de 305 623. No entanto, a audiência potencial, calculada com base no total da população nacional habitando nas zonas de cobertura da RTP era de cerca de 7 milhões de portugueses (taxa superior a 90%). Segundo dados da própria RTP a audiência média diária em 1968 foi de cerca de 1 milhão de telespectadores/dia (cf. *Anuário da RTP de 1968*, pp. 247-269). A relação entre televisores registados e audiência é assim extremamente aleatória, veja-se por exemplo que em 1964 a área de cobertura era de apenas 57,6%, o que correspondia a 71,5% da população total do País. No entanto, o número de televisores registados em 1964 era de apenas 150319.

¹¹ Entrevista de Ramiro Valadão a Vera Lagoa. Revista Rádio e Televisão, de 21 de Julho de 1973.

¹² “Projecto de Acta da 45ª reunião do Conselho de Programas” da RTP, de 7/1/1971, (A Política de Informação ... pp. 240-242). Nesta reunião participariam o presidente do Conselho de Programas, Pedro Geraldês Cardoso, e respectivos vogais (Monsenhor Moreira das Neves, Escultor António Duarte, Fernando Guedes da Silva, Nuno Matias Ferreira, Armando Rocha e Luís Filipe de Oliveira e Castro). Presentes também estiveram o Director Geral da RTP, Matos Correia, Miguel de Araújo e o Chefe do GECP, José Cabral Tavares de Carvalho, para além de Ramiro Valadão, presidente do C.A.

¹³ “Sou anti-democrático”, entrevista de Ramiro Valadão a Rocha Vieira, semanário Tal e Qual, 1 de Novembro de 1985.

¹⁴ A Política de informação no Regime Fascista, Comissão do Livro Negro, Lisboa, 1980, p. 239.

¹⁵ Op. cit., p. 263.

¹⁶ Noël Nel, *Le Débat télévisé*, Paris, Armand Colin, 1990, p. 192

Referências Bibliográficas

- BRAGA DA CRUZ, Manuel. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- _____. “Salazar e a Política”, *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, 1989.
- CÁDIMA, Francisco Rui. *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996.
- _____. *O Fenómeno Televisivo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- _____. *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa: Século XXI, 1996.
- CAETANO, Marcelo. *Mandato indeclinável*. Lisboa: Verbo, 1970.
- _____. *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo, 1971.
- _____. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Rccord, 1974.
- _____. *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, 1977.
- CARVALHO, Alberto Arons. *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973.
- FERRO, António. *Salazar*. Lisboa: Edições do Templo, 1978.
- LEBLANC, Gérard. *Treize heures — vingt heures. Le monde eu suspens*. Marburg: Editions Hitzeroth, 1987
- _____. “A actualidade trágica”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 9, Maio de 1989.
- LOPES DA SILVA, M.J. e TEVES, V.H. *Vamos falar de televisão*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da Saudade — Psicanálise Mítica do destino português*. Lisboa: D. Quixote, (1978).
- MAIA, João Arnaldo. “A Informação em Portugal — Monopólio de uma minoria dominante e uma arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública”, *Teses do 30º Congresso da Oposição Democrática*, 7ª. Secção. Lisboa: Seara Nova, 1973
- MEDINA, João. *Salazar e os Fascistas*. Lisboa: Bertrand, 1978.
- MIEGE, Bernard, et altri, *Le JT. Mise-en-scène de l'actualité a la télévision*. Paris: La Documentation Française, 1986.
- MORIN Violette. “La séquence des actualités télévisées ou une rhétorique de l'ambigüité”, *L'attualità in TV*. Torino: ERI, Edizione RAI, 1976.
- NEL, Noël. *Le débat télévisé*. Paris: Armand Colin, 1990.
- NOGUEIRA, Franco. *Um Político Confessa-se* (Diário 1960-1968). Porto: Civilização, 1986.

NORA, Pierre. “O regresso do acontecimento”. *Fazer História/1*. Lisboa: Bertrand, 1977.

_____. “O acontecimento e o historiador do presente”, *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1983.

ROSAS, Fernando. “Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política”, *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, 1989.

SILVA, Vicente Jorge. “24 anos de RTP: a história de uma servidão”, *Expresso* de 7 de Março de 1981.

SOARES, Mário. *Caminho Difícil — do Salazarismo ao Caetanismo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1973.

_____. *Portugal amordaçado — Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia, 1974.

_____. “António de Oliveira Salazar — um breve perfil”, *Público*. Magazine, 29 de Julho de 1990.

TOURAINÉ, Alain. “Communication politique et crise de représentativité”, *Hermès* n° 4— Le nouvel espace public. Paris, 1989.

VALENTE, Vasco Pulido. “Salazar Revisitado”, *O Independente*. 12 de Maio de 1989.

_____. “Marcelo Caetano: as desventuras da razão”. *Revista K*, n° 2, Novembro de 1990.

VALENTE, V.P. e PORTAS, Paulo. “O primeiro-ministro: estudo sobre o poder executivo em Portugal”, *Análise Social*, Vol. XXV (107), 1990 (3°).

VÉRON, Eliseo. “Il est là, je le vois, il me parle”, *Communications*. n° 38, Seuil, Paris, 1983

_____. “Télévision et démocratie: a propos du statut de la mise en scène”. *Mots*, n° 20, Septembre, Paris, 1989.